

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - OBJETIVO

1.1 - Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de publicações oficiais em jornal diário de grande circulação regional.

2.0 - JUSTIFICATIVA

2.1 - A presente Licitação justifica-se, pelo fato de cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021 para publicações de processos de compras divulgando em jornais diários de grande circulação a níveis regionais/estadual.

3.0 - DA EXECUÇÃO – DA FORMA - DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços serão executados por Pessoa Jurídica, na forma de Empresa devidamente constituída e especializada para este tipo de atividade.

3.2 - Os serviços deverão ser executados dentro das normas técnicas que regem esta atividade, observando os padrões exigidos e conforme as alterações, se for o caso, da Lei Federal 14.133/2021.

4.0 - DO PREÇO E QUANTIDADE ESTIMADA

4.1 - O orçamento prévio para a execução dos serviços foi fixado tendo por base os preços praticados na região, feito através de pesquisa de preço em Editais de Licitações de outros Municípios como também, tendo por base os preços praticados pelo Município na contratação direta feita até o presente momento e orçamentos obtidos.

4.2 - Os quantitativos foram estimados levando em consideração a totalidade de espaços públicos existentes no Município.

4.3 - Relação de Itens objeto desta licitação:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário – R\$	Especificação	Preço Total – R\$
1	3.600	CM/COL	21,62	PUBLICAÇÕES LEGAIS POR UNIDADE	77.832,00

5.0 – DA JUSTIFICATIVA DO VALOR DE REFERÊNCIA

5.1 - O "valor estimado da contratação", cuja base legal, no caso das modalidades de licitação tradicionais, está prevista na Lei n. 14.133/21 e Lei nº 10.520/2002 representa um requisito elementar de grande relevância que compõe a fase inicial de instrução do certame licitatório.

6.0 - DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

6.1 - Os serviços serão executados de forma eventual, quando constatada a necessidade através de Autorizações/Solicitações emitidas pelo Setor competente da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita. Os serviços deverão ser iniciados de forma imediata e confirmados pelo e-mail encaminhado, ou outra forma a ser escolhida se for o caso, sobre a publicação prevista, sendo este executado com a maior brevidade possível. Caso não obtiver o retorno dentro de 24 horas será solicitado a alteração do descritivo pelo contratado ao contratante devido aos dias serem confirmados conforme a previsão da lei regulamentada.

7.0 - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento da publicação solicitada será no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, conforme cronograma de pagamento, após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo fiscal do Contrato, através de depósito em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

8.0 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
 - b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;
 - c) em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
 - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
 - e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

8.2. Quanto a HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- f) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

8.3. Quanto a **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.
- b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

8.4. Quanto a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**:

- a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

- b) Comprovação de registro da licitante na entidade profissional competente.

4.1.5. A proponente, **deverá ainda**, sob pena de inabilitação, **declarar**:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Vargem Bonita ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante a apresentação de atestado (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado - (Atestado de Capacidade Técnica).

9.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - O presente Termo de Referência fica vinculado ao Edital da Licitação, dele fazendo parte na íntegra e produzindo todos os efeitos legais decorrentes da futura contratação. As demais condições de contratação são estabelecidas nos documentos que compõem o presente procedimento administrativo.

Vargem Bonita, 16 de abril de 2024

Janaine Antunes de Oliveira
Secretária de Administração e Finanças